

Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

As relações russo-azeris: O subcomplexo de segurança do Cáucaso do sul.

João Carlos Carneiro Viana

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Internacionais

Orientador:

Doutor, Filipe Vasconcelos Romão, Professor Convidado,
ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa.

Co-orientador:

Doutor, Marcos Farias Ferreira, Investigador,
ISCSP, instituto superior de ciências sociais e políticas

Outubro, 2016

Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

As relações russo-azeris: O subcomplexo de segurança do Cáucaso do sul.

João Carlos Carneiro Viana

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Internacionais

Orientador:
Doutor, Filipe Vasconcelos Romão, Professor Convidado,
ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa.

Co-orientador:
Doutor, Marcos Farias Ferreira, Investigador,
ISCSP, instituto superior de ciências sociais e políticas

Outubro, 2016

Resumo

Desde o fim da União Soviética, o Cáucaso tornou-se uma região que atrai diferentes potências e diferentes interesses. Durante décadas sob domínio russo, a região está hoje no centro de complexos conflitos de interesse devido à sua localização estratégica e riqueza energética que fazem emergir novas problemáticas e novos actores como o Azerbaijão. Em especial durante a última década, a corrida pelo controlo do Cáucaso tem-se intensificado o que levou ao desafio da posição hegemónica da Rússia por uma série de outros actores numa região que aquela considera crucial para a integridade das suas fronteiras, a estabilidade do seu regime político e a defesa em geral dos seus interesses nacionais. Esta dissertação tem como objectivo compreender o impacto que as opções políticas do estado azeri no sector energético têm tido na relação com a Rússia, analisando os factores que estruturam a relação entre estes dois estados desde o fim da URSS. Ao estudar as questões energéticas, e as suas implicações securitárias nas relações entre a Rússia e o Azerbaijão, esta dissertação procura também identificar e compreender alguns dos factores que mais impacto têm na estabilidade desta região conturbada.

Palavras-chaves: Política energética; segurança internacional; Cáucaso do Sul; Rússia; Azerbaijão.

Abstract

Since the end of the Soviet Union, the Caucasus has become a region that attracts different powers and different interests. For decades under Russian domination, the region is now in the centre of complex conflicts of interest due to its strategic location and energy wealth to bring out new issues and new actors such as Azerbaijan. Especially during the last decade, the race for control of the Caucasus has intensified which led to challenge the hegemonic position of Russia by a number of other actors in a region that Russia considers crucial to the integrity of its borders, stability of its political regime and the defence of their national interests. This thesis aims to understand the impact that the political choices of the Azerbaijani state in the energy sector have had in the relationship with Russia, analysing the factors that structure the relationship between the two states since the end of the USSR, by studying energy issues, and their security implications in relations between Russia and Azerbaijan. Furthermore this thesis also seeks to identify and understand some of the factors that most impact have on the stability of this troubled region.

Key words: Energy Policy; International security; South Caucasus; Russia; Azerbaijan.

Agradecimentos

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho, que por vezes sendo uma tarefa solitária não seria possível de realizar sem a ajuda decisiva das pessoas que me acompanharam neste processo.

Aos professores Dr. Filipe Vasconcelos Romão e Dr. Marcos Farias Ferreira, orientadores da dissertação, agradeço-lhes, pela partilha de conhecimento e valiosas contribuições, que enriqueceram sobremaneira este trabalho.

À Rachel Mestre Mesquita, pelo seu acompanhamento contínuo, amor, paciência e atenção sem reservas que me deu ao longo deste percurso.

À minha família, em especial aos meus pais, pela força e pelo carinho que sempre me prestaram ao longo de todo o meu percurso académico, bem como, à elaboração da presente tese.

ÍNDICE

RESUMO	III
ABSTRACT	IV
AGRADECIMENTOS	V
ÍNDICE	VI
ÍNDICE DE FIGURAS	VII
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	VIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	7
1. RECONSTRUÇÃO DA ECONOMIA RUSSA NO PERÍODO PÓS-SOVIÉTICO	7
1.1. A PUTINIZAÇÃO DO REGIME	11
1.2. A POLÍTICA ENERGÉTICA RUSSA ATÉ 2030	13
CAPÍTULO II	15
2. A POLÍTICA ENERGÉTICA DO AZERBAIJÃO	15
2.1. A FORMAÇÃO DE UMA CORRENTE ALTERNATIVA AO GÁS RUSSO	18
CAPÍTULO III	20
3. A ESTRATÉGIA SECURITÁRIA RUSSA NA REGIÃO: O CONFLITO NO NAGORNO KARABAKH	20
3.1. A DEFINIÇÃO DE UM ESTATUTO LEGAL PARA O CÁSPIO	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
5. BIBLIOGRAFIA	29

Índice de Figuras

Figura 1: Evolução do processo de privatização (1993-2000)

Figura 2: Evolução da Exportação de Crude na Rússia

Figura 3: Os Oligarcas com Putin no poder

Figura 4: Percurso TANAP e TAP

Glossário de Siglas

ACG- Azeri Chirag-Guneshli.

AIOC- Azerbaijan International Operating Company.

Bmc- Biliões de metros cúbicos.

BP- British Petroleum.

BTC- Baku-Tbilissi-Ceyhan.

CEI- Comunidade de Estados Independentes.

ETN- Empresas Transnacionais.

GUAAM- Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldávia.

IDE- Investimento Directo Estrangeiro.

NATO- Organização do Tratado do Atlântico Norte.

NTV- Estação de Televisão Russa.

ORT- Rádio e Televisão Pública Russa.

OTSC- Organização do Tratado de Segurança Colectiva.

PSA- Production Sharing Agreement.

SD- Shah Deniz.

SOCAR- State Oil Company of Azerbaijan.

TANAP- Trans-Anatolian Pipeline.

TAP- Trans-Adriatic Pipeline.

Tcf- Triliões de metros cúbicos.

UE- União Europeia.

UNCLOS- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Introdução

Cada vez mais os recursos energéticos têm desempenhado um papel fulcral na economia global e na economia nacional de diferentes países em várias regiões do globo. A sua escassez em algumas regiões e a sua imensa abundância em outras determina complexos conflitos de interesses que opõem as principais potências e obrigam ao posicionamento dos actores regionais.

O Cáucaso é uma dessas regiões ricas em recursos, onde as grandes potências e os actores regionais delineiam estratégias muitas vezes contraditórias no sentido de preservar interesses que consideram cruciais e que excluem interesses alheios. Sob influência russa desde o século XIX, a região começou a despertar o interesse russo no reinado de Ivan IV, o Terrível, com a anexação do Canato de astracã onde actualmente se situa a cidade de Kazan. Do reinado de Ivan IV em diante, a influência russa foi-se também estendendo pelo Cáucaso do sul por territórios como a actual Arménia, Azerbaijão ou Geórgia que foram sendo conquistados através de tratados ou guerras travadas principalmente com o império Otomano e Persa (King, 2008). O Cáucaso é uma região com uma grande diversidade étnica e cultural, frequentemente acompanhada de conflitos entre os povos que o habitam. Com o fim da União Soviética, surgiram também três novos estados soberanos (a Arménia, o Azerbaijão e a Geórgia) que compreendem a denominada Transcaucásia ou Cáucaso do sul, por contraste com o Cáucaso do Norte (sob soberania russa). O Cáucaso é a região que faz a ponte entre a Ásia e a Europa, tanto em termos geográficos como culturais. Compreende uma área de 440.194km, e a sua natureza topográfica extremamente montanhosa, com uma alta cordilheira que abrange praticamente toda a fronteira russa desde o Mar Negro ao Mar Cáspio determina a difícil acessibilidade da região e a sua composição multiétnica e multinacional onde se contam mais de 20 grupos, russos, chechenos, circassianos e inguches no Cáucaso do Norte e ossetas, georgianos e abecásios, azeris e arménios no Sul. Esta diversidade étnica e a sua distribuição ao longo da fronteira russa faz com que as disputas e reivindicações territoriais e a instabilidade societal sejam mais exacerbadas (Coene, 2011). A independência das novas repúblicas após 1991, aliada à riqueza do subsolo e à sua posição estratégica levou a que muitas empresas transnacionais e as grandes potências procurassem estabelecer ou consolidar a sua influência na região, chocando com as seculares pretensões hegemónicas da Rússia.

Esta tese tem como objectivo analisar a política energética Russa direccionada para o Azerbaijão e perceber qual o impacto que a independência deste país teve no mercado

monopolista russo dos recursos energéticos bem como se a política independente que segue tem impacto na segurança da região. Assim a questão central deste estudo será, de que forma constrange o Azerbaijão a política energética monopolista da Rússia? E qual o impacto da acção autónoma azeri no contexto da segurança energética da região?

Para procurar responder a esta questão irei estruturar a tese em III capítulos. No I capítulo abordarei a política energética russa desde a dissolução da URSS em 1991 e como foi evoluindo a estratégia energética russa para o Cáucaso ao longo das diferentes presidências (Ieltsin, Putin e Medvedev). No capítulo II analisarei a política energética do Azerbaijão desde a sua independência no final de 1991, identificando quais têm sido as opções preferenciais do poder político em termos energéticos e de que forma pretende ou consegue constranger o domínio russo sobre o abastecimento energético. No III capítulo serão tratadas as questões securitárias e respectivo impacto que as mesmas têm na estabilidade energética da região. Serão dissecados os entraves à realização de um acordo efectivo entre a Rússia e o Azerbaijão sobre a distribuição dos recursos e como a Rússia usa essas divergências como ferramenta para interferir nos conflitos regionais e perpetuar o seu poder ou hegemonia sobre a região.

Ao estudar as complexas interações no domínio energético entre a Rússia e o Azerbaijão pretendo abordar uma das políticas com mais impacto nas economias da região, não só no caso do colosso russo mas também no caso de actores regionais como o Azerbaijão. O surgimento de um abastecedor de energia no estrangeiro próximo da Rússia, e que potencialmente compete com ela, levanta uma questão de competitividade inexistente até há pouco. Deste modo, o estudo do impacto das questões energéticas nas relações entre estes dois estados bem como a interferência delas na securitização da região é hoje prioritário e justifica-se, tanto do ponto de vista académico como pragmático. Numa região onde os conflitos militares têm proliferado desde o fim da URSS, estudar as condições da (in)segurança energética no Cáucaso está no centro desta tese.

A teoria geopolítica ao longo do século XX era centrada na importância do território e correspondente uso do poder político, assim os diferentes teóricos que surgiram centraram-se na importância do poder terrestre ou marítimo como forma de alcançar a hegemonia. Neste sentido quando Mackinder (1942) no século passado formulou a sua teoria geopolítica altamente Estadocêntrica estava a marcar um período no pensamento da geopolítica onde os interesses e os principais actores do sistema internacional eram o estado e o território, definindo o território que hoje ocupa a Rússia como o Heartland e a região que deveria ser dominada para dominar o mundo “Who rules East Europe commands the heartland, who rules the heartland commands the World-Island: Who rules the World-Island commands the

World” (Mackinder, 1942: 106). Outro dos mais destacados geopolíticos do século XX foi Nicholas Spykman (1970), o seu pensamento diferia do de Mackinder por enfatizar a importância do poder marítimo e importância do controlo aéreo, discorda de Mackinder quanto à importância do Heartland e enfatiza a importância do Rimland, uma zona de contenção e onde surgiriam os maiores conflitos com a expansão do Heartland para a zona costeira, assim as civilizações desenvolviam-se na grande massa terrestre mas após este crescimento expandiam-se em direcção ao mar, o Rimland representa assim a zona de conflitos entre as potências marítimas e continentais (Spykman,1970).

O facto deste trabalho se focar nos recursos energéticos e respectiva localização estratégica do território, empurra-nos para os debates geopolíticos contemporâneos focados não tanto no carácter objectivo do territorial e sua ocupação mas sobretudo na construção discursiva dos diferentes interesses em conflito e que constroem a geopolítica contemporânea. A outra diferença significativa entre a geopolítica clássica e a geopolítica crítica são as unidades da análise. Os geopolíticos tradicionais entendem o estado como o principal e único actor da política global. Em contrapartida, os teorizadores da geopolítica crítica analisam o papel dos actores não estatais, como instituições internacionais, transnacionais ou organizações terroristas (Dalby, 1991). Assim assume importância crucial o estudo da globalização económica que se vem reforçando e que reduz a capacidade dos estados na definição de estratégias económicas e políticas autónomas. Paralelamente, os novos actores reforçam a sua posição no sistema mundial, como Agnew e Kuus ilustram: “We emphasize the need to study states not as autonomous subjects but as processes of subject-making, and we urge more attention to the spatiality of power beyond that of territorially” (Agnew & Kuus, 2008: 96). O debate em torno das relações internacionais teve quase sempre no seu epicentro o estado. Agnew (1995) recorre ao exemplo das teorias de Kenneth Waltz e Robert Keohane, um neo-realista e um neo-liberal para mostrar como a teorização hegemónica foi dando primazia à acção do estado, demonstrando uma preferência por um *closed system* de análise que leva ao conceito que denominou de *territorial trap* “the territorial state has been viewed as existing prior to and as a container of society. As a consequence, society becomes a national phenomenon. This assumption is common to all types of international relations theory” (Agnew, 1995: 84).

Assim a escola da geopolítica crítica advoga o papel central da economia na organização e controlo do espaço para lá do fenómeno tradicional da utilização da força militar realçada pelos geopolíticos clássicos. Assim sendo a geopolítica crítica realça a capacidade e o papel que actores não-estatais como empresas transnacionais (ETN) têm para influenciar a decisão política, realçando que, actores não estatais usam diversas ferramentas como o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) para conseguir influenciar e

constranger as decisões do poder estatal, fragilizando o poder dos estados soberanos como única entidade de decisão.

“The internationalization of production capital has several observable consequences for concrete spatial practices and our representations of space. On the one hand, it is now widely accepted that today’s giant trading corporations have a global reach that is comparable to that of many small and middle-sized nation-states”. (Agnew, 1995: 169)

Esta posição dos teorizadores da geopolítica crítica contrasta com a geopolítica clássica que marginaliza a acção de todos os actores não-estatais, ignorando a influência que a globalização e um sistema económico interligado têm actualmente no processo de decisão política. A geopolítica crítica, tem como objectivo compreender a política global através da perspectiva das elites políticas e da sociedade civil para deste modo construir os espaços de acção política que se baseia no pressuposto de que a política mundial é directamente dependente de várias determinantes físico-geográficas tais como o acesso aos recursos energéticos ou oceanos. O Cáucaso pode assim ser visto como um complexo regional de segurança, de acordo com Buzan e Weaver “a set of units whose major processes of securitisation, desecuritisation, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another” (Buzan & Waever, 1998: 201). De acordo com os autores, estes complexos de segurança formam-se devido à ligação que os actores de uma determinada região estabelecem entre si, equilibrando o equilíbrio de poderes entre a anarquia internacional e os conflitos regionais. Para melhor compreender os complexos de segurança regionais, Buzan define quatro conceitos que devem ser tidos em conta quando se pretende compreender as relações entre estados no domínio regional “1. boundary, which differentiates the RSC from its neighbours; 2. anarchic structure, which means that the RSC must be composed of two or more autonomous units; 3. polarity, which covers the distribution of power among the units; and 4. social construction, which covers the patterns of amity and enmity among the units” (Buzan & Waever, 2003: 51). Estes complexos não são considerados ao acaso mas seguem um critério de união geográfica que se torna fundamental para compreender a pacificação e os conflitos na região. O efeito da geografia nas relações entre os estados promove a interdependência entre os mesmos, fazendo com que as relações evoluam para padrões de cooperação ou rivalidade.

“The formation of RSCs derives from the interplay between, on the one hand, the anarchic structure and its balance-of-power consequences, and on the other the pressures of local geographical proximity. Simple physical adjacency tends to generate more security interaction among neighbours than among states located in different areas” (Buzan & Waever, 2003: 45).

Deste modo a Rússia olha para o seu “estrangeiro próximo” como uma zona de importante contenção securitária devido sobretudo a razões estratégicas onde entre elas encontramos as externalidades que podem surgir destes países como o crime organizado, a desordem, ameaças ambientais ou ainda ameaças às infraestruturas de produção que ainda duram desde os tempos da URSS, por fim a grande diáspora russa que se espalha por estes países de mais de 25 milhões de pessoas obriga a que o país tenha uma política de integração de modo a conseguir manter-se como um potência global e regional. Para este fim a Rússia procura tirar proveito de organizações regionais como a Comunidade de estados independentes (CEI), ou a Organização do tratado de Segurança Colectiva (OTSC), estas organizações consolidam o poder russo na região mas são desafiadas por organizações como o GUUAM, acrónimo que denomina a união entre Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldávia formada em 1997 e pretendendo afirmar-se como uma instituição de poder alternativa ao domínio e práticas políticas russas durante a década de 90 direccionando as suas preferências políticas para as instituições ocidentais com uma aproximação à NATO e à União Europeia (Buzan & Waever, 2003). No caso do Azerbaijão e Geórgia estes encontram-se num sub-complexo de segurança que é o Cáucaso, caracterizado por Buzan como uma região de complicadas relações entre os estados devido ao conflitos que proliferam e à enorme diversidade multiétnica que facilmente pode despoletar mais cisões, por outro lado este é também um dos factores que permite à Rússia perpetuar o seu poder na região:

“A peculiar feature, which underlines the current status as subcomplex, is that all of the four main dynamics that tie the Caucasus together have a strong Russian component, while none of them generate very active triangular politics among the three independent states of Southern Caucasus: (1) secessionists in Georgia, (2) the Armenia–Azerbaijan conflict over Karabakh, (3) spillover between North and South Caucasus through the micro-coalition patterns among small ethnic groups, and (4) energy and pipelines” (Buzan & Waever, 2003: 423).

O sub-complexo do Cáucaso tem para a Rússia a importância de os estados na região desempenharem um papel de *buffer states*¹ na rivalidade que existe entre russos e turcos ou iranianos, sem os estados que compõem o Cáucaso do sul o confronto entre estas potências regionais seria feito de uma forma mais frontal.

Assim, e atendendo às diferentes dimensões complexas que interferem nas relações entre os estados da região, há a realçar o papel que a segurança energética terá no futuro relacionamento entre os mesmos. Uma vez que os interesses são divergente, países como

¹ Segundo Buzan um *buffer state* define-se por “a state or mini-complex within a security complex and standing at the centre of securitisation, whose role is to separate rival powers”, em *Regions and Powers* (2003).

o Azerbaijão, procuram novos actores cooperantes para além da Rússia que lhes permita aumentar a exportação dos recursos energéticos e consolidar a sua posição de novo abastecedor de energia para mercados europeus (Meister, 2014). Esta posição é contrária aos objectivos russos que procuram estabelecer um estatuto hegemónico numa região onde têm uma relação débil com alguns estados como a Geórgia ou a Turquia, desta maneira o jogo de relações securitárias entra numa encruzilhada de diversos actores que procuram cimentar a sua posição na região. (Alieva & Shapovalova, 2015)

CAPÍTULO I

1. A reconstrução da economia russa no período pós-soviético

Desde a presidência de Gorbatchov que a União Soviética se encontrava num profundo estado de mudança, esta era visível não só a nível político bem como a nível económico. Uma das principais transformações pela qual a sociedade soviética passou foi a mudança de uma economia planificada para uma economia de mercado. Esta transformação para além de um impacto socioeconómico teve também impacto na política energética russa que viu florescerem um grande número de empresas, principalmente no ramo do petróleo.

As duas figuras mais influentes no processo de privatização foram Yegor Gaidar e Anatoly Chubais, a privatização da economia russa foi posta em prática de forma rápida e decidida muito devido à conjuntura que o país vivia na altura, ainda no tempo da URSS, o Gosbank (Banco Central do Sistema Comunista) emitiu um grande número de rublos que aliado às condições precárias que a sociedade vivia levou a que nos anos 90 a inflação fosse gigante os preços tivessem uma subida de vinte e seis vezes mais o que era praticado. De forma a que o descontentamento não aumentasse, Gaidar e Chubais entenderam que a privatização devia avançar o mais rapidamente possível, de modo a mostrar que o capitalismo e uma mudança para um sistema de mercado era benéfico para a sociedade russa “They had to act not only to halt the ongoing desintegration of the economy and spontaneous privatization (...) But to prevent the still influential supporters of communism from attempting to reassert state control and reinstitute communism, central planning, and state ownership” (Goldman, 2003: 68). O planeamento da privatização teve o contributo de alguns economistas estrangeiros como Jeffrey Sachs, Andrei Shleifer, Jonathan Hay e Maxim Boycko², o contributo destes visava ajudar a formulação do planeamento das privatizações, esta mudança brusca que Ieltsin implementou ficou conhecida como «doutrina de choque». Entre as principais medidas do programa apresentado em 1991 ao parlamento russo há quatro importantes que seriam a base para uma economia de mercado, como observa Sakwa:

² Para uma visão mais pormenorizada sobre a influência do pensamento económico destes 4 reformistas ver: Black, B. et al (2000), “ Russian Privatization and Corporate Governance: What Went Wrong?”, Stanford Law Review.

“Economic stabilisation based on tight monetary and credit policy, strengthening of the rouble (although one of the major problems was the influx of roubles from the former union republics) up to the creation of a separate Russian currency to protect the economy.

Price liberalization.

Privatisation and the introduction of a mixed economy with a growing private sector, accelerated land reform.

Reorganisation of the financial system, tight control of budget expenditure, reform of the tax and banking systems.” (Sakwa, 2008: 290)

A política de privatizações assentou em dois momentos distintos, um primeiro que ficou conhecida como a “política dos vouchers”, e um segundo que seria a “Loan-for-Shares”. Para alcançar os objectivos destas medidas em Julho de 1992 o presidente Ieltsin anunciou um novo programa, *Programme for the Deepening of Economic Reforms in Russia*. A política dos vouchers consistia na atribuição de um voucher de 100 mil rublos, que à taxa de conversão da altura representavam 30\$, este valor era estimado uma vez que não havia uma avaliação com base no sistema de câmbio ocidental há mais de 20 anos: “It represented the book value of the country’s productive resources, divided by the total population, and then rounded up from 8,476 to a more manageable figure” (White, 2011: 131). E com ele os cidadãos podiam usá-lo para comprar acções³ de empresas que estivessem à venda ou leilão, investir num fundo de investimento ou por fim vendê-lo se não o pretendessem. Esta política teve uma repercussão dualista, pois permitiu o surgimento de muita propriedade privada num período em que já se começava a alterar o seu paradigma estadista e mais de 40 milhões de Russos possuíam propriedade privada em seu nome, o país ultrapassava o Reino Unido e os Estados Unidos da América neste campo. Por outro lado a política dos *vouchers* teve também alguns pontos negativos como a falsificação em larga escala na região de Rostov-on-Don ou a sua desequilibrada distribuição, visto que grande parte das fábricas mais produtivas do país localizavam-se fora das grandes cidades o que levava à acumulação de *vouchers* nos grandes centros urbanos como Moscovo ou São Petersburgo.

³ A privatização por *voucher* tinha três formas mais usuais de utilização previstas na legislação, para uma análise mais completa deste esquema ver: Filatotchev, Igor et al (1995), Corporate Governance and *voucher* buy-outs in Russia, *Annals of Public and Cooperative Economics*, Vol.66, Nº1, pag.79.

Figura 1. Evolução do processo de privatização (1993-2000) (Fonte: White, 2011).

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Nº de companhias privatizadas (Total)	42,924	21,905	10,152	4,997	2,747	2,129	1,536	2,274
Federais	7,063	5,685	1,875	928	374	264	104	170
Regionais	9,521	5,112	1,317	715	548	321	298	274
Municipais	26,340	11,108	6,960	3,354	1,821	1,544	1,134	1,830

Aliado à política do *voucher*, no ano de 1995 surgiu uma nova forma de adquirir acções das empresas do estado que eram as “Loans-for-shares”. Esta medida sugerida por Vladimir Potanin assentava na ideia que o estado com as mudanças que estava a efectuar na economia não teria a liquidez necessária para cobrir os seus gastos, uma vez que os impostos pagos pela propriedade que estava a ser privatizada eram baixos, assim através de empréstimos de bancos privados, o estado ganhava liquidez e cedia acções da indústria petrolífera. Os bancos que financiaram estas operações eram todos detidos pelos futuros oligarcas do país, este esquema foi particularmente notório na indústria do petróleo onde entre os casos mais flagrantes temos o de Mikhail Khodorkovsky que através do seu Menatep Bank adquiriu a Yukos uma das maiores produtoras de petróleo e gás na Rússia, Mikhail Fridman com o Alfa Bank conseguiu o controlo da Tyumen Oil (TNK), Boris Berezovsky e Alexander Smolensky também conseguiram o controlo de uma grande petrolífera a Sibneft e por fim o próprio Potanin através do Oneksin Bank conseguiu comprar a maior fábrica de produção de níquel no mundo a Norilsk Nickel. A indústria do gás permaneceu praticamente intocável, o que muito contribuiu para este facto foi a influência que o Ministro da indústria e do gás tinha na altura, Viktor Chernomyrdin, um funcionário que tinha já um longo percurso dentro do Partido Comunista e como tal fazia parte da denominada *nomenklatura*, ou *apparatchik* (funcionários públicos que transitavam do tempo soviético), Chernomyrdin que em 1992 era vice-primeiro ministro, conseguiu persuadir Ieltsin a não privatizar a empresa da qual ele viria a ser director por breves meses até tornar-se primeiro-ministro russo a 14 de Dezembro de 1992, e passar o cargo a Rem Viakhirev, um político também ele pertencente à *nomenklatura* e do círculo íntimo de Chernomyrdin “Mr

Vyakhirev became first Deputy Minister of the Gas Industry in 1983 and served under Chernomyrdin, then Minister of Gas Industry” (Goldman, 2010: 100).

A decisão de não privatizar o sector do gás era aquela que melhor servia os interesses do estado por duas razões, a primeira era o estado manter uma posição forte neste sector, algo que já havia perdido no sector do petróleo, e a segunda prendia-se com os preços do gás serem muito baixos naquela altura, devido à importância da indústria para a economia do país as alterações estruturais que se fizessem seriam danosas para o estado. Na fundação da empresa o estado era detentor absoluto da empresa, mas com o passar da década de 90 e a respectiva crise que afectou o país, algumas parcelas começaram a ser vendidas:

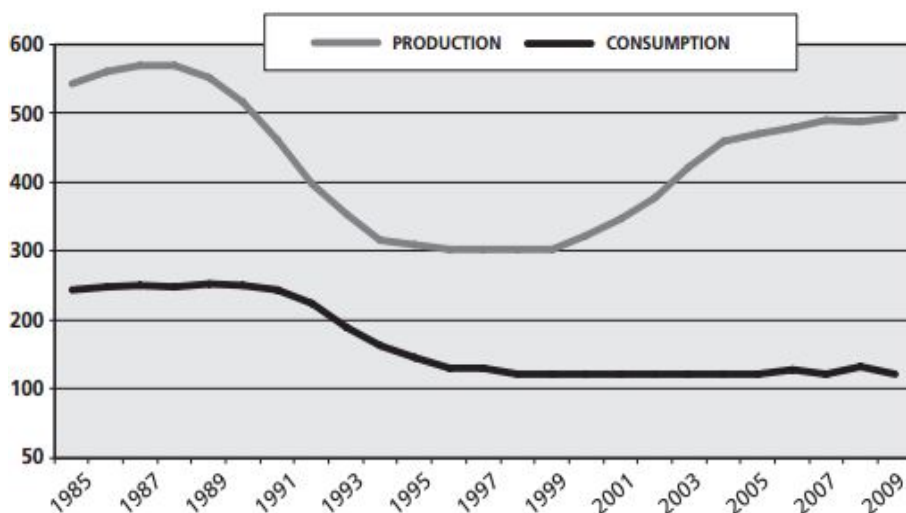
“Even after the 1998 crises, when the russian government was looking for more cash, russian President Yeltsin approved the sale of only a further 5% stake in Gazprom. Although foreign ownership of Gazprom stock was allowed to increase from its former limit of 9% to 14%, only a 2,5% stake was actually sold to Ruhrgas for \$660 million”. (Victor, 2008:48)

A Gazprom tinha igualmente a vantagem do seu CEO desempenhar cargos políticos, beneficiando com um menor controlo, no que dizia respeito à regulação e rigidez do pagamento de impostos “With Chernomyrdin as Prime Minister and his old deputy as CEO and Chairman of Gazprom, the state did not closely regulate Gazprom. Taking advantage of this, Gazprom paid very little in the way of taxes or dividends to its principal shareholder” (Marshall, 2010: 61). A política energética de Yeltsin ficou marcada por uma ascensão do lobismo no ramo da energia, os novos oligarcas que surgiram tinham fortes ligações com o Kremlin, e possuíram uma grande importância no financiamento da campanha do presidente em 1996, esta influência foi usada para conseguir posições vantajosas nos leilões das empresas e assim tornarem-se accionistas majoritários das já referidas empresas, o facto de nos anos 90 a economia russa viver um estado profundo de crise fez com que a produção de petróleo fosse muito baixa e o investimento neste ramo praticamente nulo “Between 1990-1995, because of the Sharp contraction of the Russian economy, domestic demand for oil declined by more than 40% causing a glut in the internal market”. (Hill & Fee, 2002: 5)

A produção de petróleo entre 1985 e 1999 teve uma descida de praticamente 50% de acordo com a Figura 2, este declínio na produção teve repercussões na economia do país com o PIB a baixar gradualmente durante toda a década de 90, a esta descida está inerente o impacto que a indústria tinha para o PIB nacional nos seus variados sectores. Observa-se que entre 1990 e 1991 este sector tinha um peso de 35.4% e 37.6% respectivamente, no entanto no final da década este valor já se cifrava nos 28.7% em 1995 e 25.7% em 1997. (Dyker, 2000) Estes resultados reflectem uma ineficácia e inoperância no

processo de transição económica onde a falta de investimento estrutural na indústria e sector bancário levou a sociedade russa a mergulhar numa profunda crise até à entrada dos anos 2000.

Figura 2: Evolução da Exportação de Crude na Rússia (Fonte: Vatansever, 2010).



1.1. A Putinização do Regime

A chegada de Putin ao poder em Maio do ano 2000 como Presidente depois de um breve tempo no cargo de Primeiro-ministro, trouxe também consigo uma nova abordagem política, onde o controlo e a autoridade do poder governamental deveria ser aumentada formando uma política vertical de autoridade. (Monaghan, 2012) Com uma mão forte nas matérias mais importantes do país, entre as quais a mais destacada, política energética.

Putin já havia expressado a sua visão sobre o papel do estado como regulador da economia, na sua tese de mestrado onde defende que a actuação do estado deve ser obrigatória em áreas que tenham uma grande influência na sobrevivência do mesmo, desta forma o sistema de mercado que estava implementado não ia de encontro às satisfações do mesmo “Mr. Putin emphasizes the importance of the resource sector for Russia’s economic and geostrategic revival; notes the need for mixed forms of property without specifying the optimal mix; asserts the primacy of state interests” (Balzer, 2005: 219). Os recursos energéticos seriam importantes para a recuperação económica, para tal estes deveriam encontrar-se nas mãos do estado que funcionaria como entidade reguladora protegendo os interesses da sociedade, neste sentido varias medidas no âmbito económico e político foram

tomadas, a começar por um grande aumento de impostos que visavam estrangular as corporações privadas:

“When Putin took office in 2000 he voiced support for the need for continuing market reform. The most radical measure pushed through by Economy Minister German Gref was a reform of the tax system, under which a progressive income tax from 12% to 30% was replaced with a flat tax of 13% in 2001. The payroll tax was cut from 40% to 26% and corporate profit tax was raised to 35% but later cut to 24%.” (Rutland, 2008: 1053)

A Política de renacionalização teve momentos distintos, um dos primeiros alvos de Putin não foram exclusivamente os oligarcas do petróleo que tinham emergido nos anos 90 mas sim aqueles que estavam ligados aos meios de comunicação ou a ambos, entre os casos mais conhecidos estão o de Boris Berezovsky e Vladimir Gusinsky ambos donos das maiores cadeias privadas de televisão da Rússia na época a ORT e a NTV que pertencia ao grupo media-host também detentor de vários jornais. A postura desafiante e a acção concertada que estas cadeias de televisão tiveram com o presidente russo, levou os magnatas a entrar num confronto que viriam a perder, a exposição crítica da imagem de Putin em diversos momentos como o conflito Checheno em 1999 fez destes dois empresários alvos de uma perseguição feroz, Gusinsky foi preso em 2000 depois de ser acusado de desfalque numa empresa em São Petersburgo e Berezovsky exilou-se em Londres, passando a Sibneft para as mãos de Roman Abramovich (Marshall, 2010).

A política de renacionalização teve duas fases distintas de acordo com Pleines, onde o grande resultado foi uma maior participação das empresas que passaram para o estado na produção dos recursos energéticos:

“1999 to 2004: During these years the number of major oil companies was reduced from thirteen to eight. The federal state retained control over just one oil company, Rosneft, which reduced governmental ownership of the oil sector to less than 15%.

2004 to 2008: The energy sector in Russia was dominated by five major companies: Gazprom (with Gazprom Neft), Rosneft, Lukoil, Surgutneftgaz and TNK-BP, with two former companies being under state control and three later being in private hands. As a result of the consolidation process state shares in oil production had risen to nearly 40%”. (Pleines, 2009: 75)

A relação dos oligarcas com Putin começou num profundo desentendimento no que toca à política de *production sharing agreements* (PSA) que o líder russo pretendia implementar para recuperar a economia, era necessário atrair investimento directo estrangeiro e isso só era possível se as taxas e benefícios económicos fossem atractivos, companhias como a Yukos ou a Sibneft acreditavam que um esquema de PSA apenas beneficiaria as empresas ocidentais em detrimento das nacionais (Olcott, 2004). Para além

destes factos, Rutland evoca mais três factores que foram determinantes na queda dos oligarcas do poder:

“First, the oligarchs were parasitic on the Russian state. They were draining it of assets and revenues while profiteering from the high interest treasury bonds (...) Second, the oligarchs lacked a political strategy for legitimating their rule in the eyes of the Russian public. Third, the oligarchs were deeply divided among themselves. They did not trust each other, and fought bitterly over successive privatizations. They were also split over the Yeltsin succession. The oligarchs did not have an institutional procedure for resolving their internal disputes” (Rutland, 2008: 1056).

Um dos casos que mais marcou a política de renacionalização foi o Yukos Affair, devido à pressão que foi feita sobre o seu líder Mikhail Khodorkovsky, que foi preso e acusado de enriquecimento e apropriação de propriedade privada de modo fraudulento no esquema da *Loan-for-shares* onde o banco de que era proprietário o Menatep conseguiu a maioria das acções daquela que era a maior empresa de extracção de petróleo na Rússia, a Yukos.

Figura 3: Os oligarcas com Putin no poder (Fonte: Marshall, 2010)

	Former Nomenclatura	Upstart Oligarchs
Viktor Chernomyrdin	6/2000 Removed as chairman of Gazprom	
Vladimir Gusinsky		6/2000 Jailed and removed as head of Media-Most
Boris Berezovsky		11/2000 Threatened with jail; yields Sibneft and flees to England
Rem Vyakhirev	5/2001 Removed as CEO of Gazprom	
Viktor Gerashchenko	3/2002 Removed as chairman of Russian Central Bank	
Mikhail Khodorkovsky		10/2003 Jailed and Yukos seized by state

1.2.A política energética russa até 2030

A política energética tem sido uma das mais importantes da Era Putin e como tal, a adopção de um plano de estratégia energética para a Rússia é um bem imperioso, a Rússia tem no seu documento mais recente o *Energy strategy of Russia for the period up to 2030*, um documento que tendo como pano de fundo a crise de 2008 que abalou a economia

mundial pretende delinear as diretrizes que guiarão a política energética russa nos próximos 15 anos:

“The objective of the energy policy of Russia is to maximize the effective use of natural energy resources and the potential of the energy sector to sustain economic growth, improve the quality of life of the population and promote strengthening of foreign economic positions of the country”⁴

Os objectivos primários do documento visam fortalecer e cimentar a posição russa no mercado energético, posicionando-a como o mais forte abastecedor do mercado europeu:

“Improvement of the efficiency of reproduction, extraction and processing of energy resources to meet domestic and external demand for them;
Modernization and construction of a new energy infrastructure on the basis of large-scale technological updating of the country’s energy sector;
Establishment of a stable institutional environment within the energy sector;
Improvement of the energy and environmental efficiency of the Russian economy and energy sector, including through structural changes and activation of technological energy saving;
Further integration of the Russian energy sector into the world energy system.”

O documento divide-se em três fases distintas para a estratégia energética da Rússia até 2030. Na primeira fase que compreende o período entre 2013 e 2015 são dissecadas as consequências da crise de 2008, e de que forma a superação ajudou à construção de uma base para o desenvolvimento futuro. Também é notado que os indicadores negativos no sector da energia, como a diminuição da produção estejam a ser superados, e com esta superação surgem novas condições para o desenvolvimento mais rápido e modernizado do sector. Durante a segunda fase entre 2015-2022, um conjunto de amplas reformas e melhorias no sector dos combustíveis será realizado de forma a atingir uma performance de topo, a inovação tecnológica e medidas eficientes para o sector de energia serão também postas em prática, e por fim a medida que mais retorno causará serão os investimentos realizados nos novos campos de petróleo e gás do *Far East* e *Eastern Siberia*. Nos últimos objectivos do período entre 2020 e 2030, a economia procurará voltar-se para o uso de fontes alternativas de energia e a dependência da exportação de recursos hidrocarbonetos será reduzida para metade.

⁴ Ver documento oficial em [http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_\(Eng\).pdf](http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_(Eng).pdf)

CAPÍTULO II

2. A política energética do Azerbaijão

A riqueza energética do Azerbaijão já era bem conhecida no início do século XX, onde Baku tinha uma posição de destaque na produção de petróleo mundial, contribuindo com 11,5 milhões de toneladas produzidas por ano, mais de metade do total produzido no mundo (Medhdiyeva, 2011). Esta riqueza continuou durante o período soviético, uma vez que em 1940 o Azerbaijão produziu um recorde de 25.4 milhões de toneladas de petróleo, um registo que não foi ultrapassado até 2006. Porém depois da II guerra mundial, Moscovo direccionou o seu investimento para os seus campos mais férteis de produção na Sibéria e actual Cazaquistão, deixando os campos de exploração no cáspio sem projectos de desenvolvimento (Cornell, 2011).

Com o fim da União Soviética, o Azerbaijão abriu o seu sector energético ao estrangeiro e o interesse pelas grandes reservas de petróleo e gás suscitaram a cobiça de grandes companhias estrangeiras. Com reservas de petróleo estimadas entre os 7 e os 13 biliões de baris, o principal campo de exploração do país é o de azeri Chirag-Guneshli (ACG), no que toca ao gás o país tem no campo de Shah Deniz (SD) as maiores reservas provadas do país com 30 (tcf) milhões de metros cúbicos. O interesse das companhias era importante a partir de dois pontos de vista: o primeiro de índole económica, visto que depois da independência o país não possuía os meios financeiros para desenvolver a sua indústria, e o segundo de carácter tecnológico, necessário para proceder à extracção em grande profundidade no Mar cáspio. Neste sentido a companhia estatal *state oil company of Azerbaijan* (SOCAR) decidiu abrir um concurso público para a exploração dos campos, este concurso assentava nos princípios do memorando de entendimento que foi redigindo em 1993, no qual a companhia e o governo enumeraram uma série de medidas que deviam ser respeitadas para a exploração dos recursos, Bagirov enumera as fulcrais:

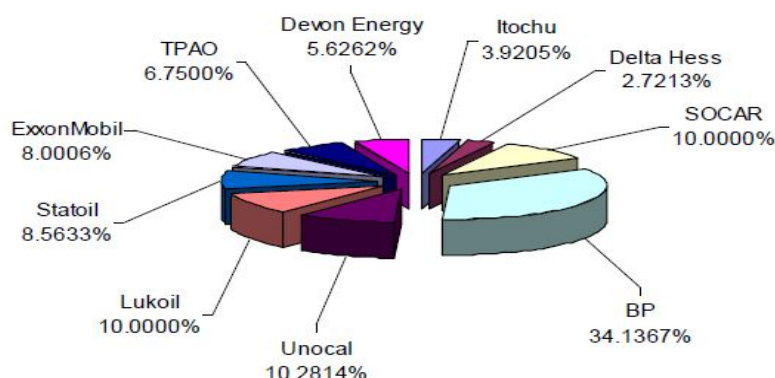
“the main purpose is the effective development of oil and gas deposits, the effectiveness of investment, the minimization of exploitation costs, to increase Azerbaijan’s profits to a maximum, to strengthen local production and to make maximum use of scientific potential and personnel;
the share of SOCAR is 30 per cent. SOCAR is given two years to find financial resources for this share;
Foreign companies should pay a bonus of 3m dollars for every per cent of their participation. The company that accepts the conditions of the declaration should pay one third of this bonus in 10 days, while the remaining two thirds should be paid in 30 days after the oil contract that will be signed takes effect;

the chairman of the joint management committee that will be set up will be a representative of SOCAR; SOCAR will have the right to select the operator in the contractual area". (Bagirov, 2007: 22)

Estes princípios deram origem à assinatura em 1994 do “contrato do século” assinado por 10 empresas para a exploração partilhada (PSA) dos campos de petróleo de ACG, só houve uma companhia russa implicada nas negociações que foi a LUKOIL e ficou com 10% das acções de exploração dos campos, o maior accionista deste acordo foi a *British Petroleum* (BP) que ficou com mais de 34% de acções na participação deste acordo. O total investido no contrato do século ascendeu aos 50 mil milhões de dólares e é suposto ter uma duração de 30-35 anos, tendo como objectivos atingir a produção de 10 biliões de barris de petróleo e dois milhões de metros cúbicos de gás no final da sua vigência. Este contrato mostrou igualmente que o Azerbaijão estava disposto a romper com o passado socialista e a tornar-se aberto às sociedades ocidentais, o facto de a LUKOIL ser a única companhia implícita no contrato espelha a influência da etnicidade do seu presidente, Vagit Alikperov um cidadão Azeri, que tem conduzido a empresa a investimentos tanto no cáspio como nos países costeiros, contradizendo a fraca aposta russa no contrato do século que tem duas explicações primárias:

“Russian is unlikely to be interested in early implementation of Azerbaijan’s oil projects, (a) because these projects accelerate the process whereby Western companies, and thus, naturally, the countries where they are based, “tap” the caspian region to which they were denied access for many years by the Soviet Union, and (b) because their implementation means the building up of Azerbaijan’s economic potential and thus the strengthening of its political and economic Independence” (Bagirov, 2001: 186)

Figura 3: Partilha do Contrato do Século (Bagirov, 2007).



Da parceria realizada entre as companhias nasceu a Azerbaijan International Operating Company (AIOC), responsável pela construção dos oleodutos que distribuem o petróleo extraído nos campos ACG, um dos grandes desafios que o país encontrou com a independência foi encontrar uma solução para escoar os seus recursos sem ter que passar pelos oleodutos russos. Nesse sentido a construção do oleoduto Baku-Supsa em 1998 foi um importante marco na emancipação do poder azeri, pois desta maneira poderia transportar gás sem passar pelo território russo fazendo uma ligação directa com a Geórgia na cidade portuária de Supsa no Mar negro, com uma capacidade reduzida de 5 milhões de toneladas este é uma alternativa ao principal oleoduto do país (Talrh, 2007). Não obstante os progressos feitos com a construção desta estrutura, o país procurou uma solução mais efectiva para conseguir acelerar o seu crescimento e essa opção passou pela construção do principal oleoduto do país, o Baku-Tbilissi-Ceyhan (TBC). O início da sua actividade começou em 2006 e com um total de 1768 Km, produz actualmente 1.2 milhões de barris por dia possuindo um peso de mais de 40% no total do petróleo exportado pelo país, em 2015 exportou mais de 35 toneladas via porto de Ceyhan⁵. Uma das vantagens que o BTC possui para além de trespassar a Rússia como estado controlador é a de evitar os movimentados e perigosos estreitos turcos como o Bósforo ou o Dardanelos algo que não pode fazer quando recorre ao Baku-Supsa. A construção deste oleoduto gerou um descontentamento na política russa uma vez que este projecto significa um compromisso com outras empresas que não as russas e os seus canais de transporte fazendo a Rússia perder o espaço de manobra para controlar o país em favor das suas estruturas de extracção e transporte.

“As noted above, it is true that the Kremlin reacted negatively to projects to establish alternative routes to ship petroleum to Europe, seeing this as a threat to Russia’s role as a vital transit country for energy resources. And in fact, increased competition over energy-transit routes effectively forced greater flexibility in the Russian policy toward the nations of the South Caucasus. This can most clearly be seen in Russia’s relationship with Azerbaijan.” (Ryabov, s.a : 269)

A Rússia mostrou o seu descontentamento porque viu desde cedo que a prioridade do Azerbaijão não seria transportar petróleo pelo seu canal preferido que seria o Baku-Novorossisk construído em 1997 e até à data da construção dos dois já citados a única opção que o país possuía para transportar o seu gás, porém a incapacidade do Baku-Novorossisk de corresponder às expectativas de exportação do estado azeri e os riscos corridos no transporte do mesmo levaram o Azerbaijão a optar por uma edificação de raiz de

⁵ BP Azerbaijan, “2015 year-end result” (online), consultado em 26.05.2016, disponível em http://www.bp.com/en_az/caspian/press/businessupdates/2015-year-end-results.html e http://www.bp.com/en_az/caspian/operationsprojects/pipelines/BTC.html

canais de distribuição. (Bahgat, 2007) A este factor acresce também as críticas do Azerbaijão face à qualidade do crude das regiões dos Urais russos que é misturado no processo de transporte “Azerbaijan feeds high-quality oil into the Baku-Novorossiysk pipeline, but what is exported on its behalf at Novorossiysk is lower-grade crude, costing Azerbaijan large sums in lost income” (Cornell et al, 2005: 19). O facto deste oleoduto atravessar também uma região sempre instável como o Norte do Cáucaso faz com que a segurança do transporte possa estar em causa, com uma capacidade de 5 milhões de toneladas por ano, o Baku-Novorossiysk está longe deste número exportando o equivalente a 1,5 milhões de barris por ano⁶.

No campo do gás, o país tem no Baku-Tbilissi-Erzum um projecto de futuro, uma vez que actualmente este gasoduto só exporta para a Geórgia e Turquia, com um comprimento de 691 km, tendo exportado em 2015 uma ⁷média de 18.6 metros cúbicos de gás diários, o grande objectivo deste projecto é expandi-lo e fazê-lo chegar à Europa através da construção do denominado *Southern Gas Corridor*.

2.1. A formação de uma corrente alternativa ao gás russo

O mercado europeu do gás tem estagnado desde 2010, depois de uma descida de 10% no consumo do gás em 2011, em 2013 os países da União Europeia consumiram apenas 462 biliões de metros cúbicos⁸ (bmc) de acordo com as instituições europeias não é expectável que o consumo de energia aumente exponencialmente nos próximos anos, no entanto a Agência Internacional de Energia estima que a procura de gás na Europa em 2025 seja de 588 biliões de metros cúbicos.⁹ A crise na Ucrânia veio abrir uma porta para novas fontes de Energia, pese embora a Rússia contribua para 34% do fornecimento europeu, a relação entre as duas partes tem vivido momentos de tensão, a veia monopolista e linha de dura negociação que a Gazprom tem como doutrina faz com que as negociações para estender o contrato de energia que a companhia tem com os países europeus permaneça num impasse, Cohen identifica algumas das tendências que têm pautado a relação da Gazprom com a Europa:

⁶ News.az (2015), “Oil pumping via Baku-Novorossiysk pipeline resumes from today” (online), consultado em 28.05.2016, disponível em <http://news.az/articles/economy/99761>

⁷ BP Azerbaijan, “2015 year-end result” (online), consultado em 28.05.2016, disponível em http://www.bp.com/en_az/caspian/press/businessupdates/2015-year-end-results.html

⁸ Eurogas.org, “Drop in 2013 EU gas demand emphasises need for swift change”(online), consultado em 10.06.2016, disponível em http://www.eurogas.org/uploads/media/Eurogas_Press_Release_-_Drop_in_2013_EU_gas_demand_emphasises_need_for_swift_change.pdf

⁹ International Energy Outlook 2016 (online) consultado em 10.06.2016, disponível em http://www.eia.gov/forecasts/ieo/nat_gas.cfm

“Gazprom used several main approaches to try to secure its dominant position in the European gas market: Bypassing transit countries, such as Ukraine; Vertically integrating itself into the European electricity production system for instance in France; Concluding long-term contracts with an oil indexed gas price and the “take or pay” principle and; Using political influence over Russia’s government to block alternative supply routes to Europe in Order to maintain its monopolistic position in parts of the European market” (Cohen, 2014:6)

Na tentativa de aproveitar as dificuldades que a UE tem encontrado para diversificar a sua fonte de energia, o Azerbaijão tem em construção dois gasodutos que visam aumentar rapidamente a extracção e o proveito económico dos campos de Shah Deniz I e II e assim oferecer uma alternativa a alguns países europeus. Esses dois projectos são o trans-Adriatic Pipeline (TAP) e o Trans-Anatolian Pipeline (TANAP). O TAP é um gasoduto que tem na sua participação 3 empresas multinacionais, a SWISS EGL (42.5%), Norwegian STATOIL (42.5%) e a German E.ON Ruhrgas (15%), com 520 Km o gasoduto começa na Grécia¹⁰ e acaba no sul de Itália, no início possuirá uma capacidade de 10 biliões de metros cúbicos por ano, embora o objectivo seja construir uma segunda estação de compressão na Grécia que aumentará a capacidade para 20 biliões de metros cúbicos. Uma vez que o projecto inicial só prevê uma estação em Fier na Albânia, o TAP será a extensão do TANAP. Este projecto é aliciante para a Europa e para o Azerbaijão de diferentes formas, a primeira do lado azeri é a possibilidade futura de fornecer gás aos países dos Balcãs através do proposto Ionian- Adriatic pipeline (IAP)¹¹, em contrapartida países como a Grécia ou Albânia atribuíram ao projecto “importância nacional” pelo contributo que este terá no desenvolvimento e edificação de infra-estruturas nos seus territórios, a Albânia que é 100% dependente do gás natural vai poder deixar de sê-lo, e a Itália poderá tornar-se num importante *hub* em termos energéticos para a Europa do Sul. (Kusznir, 2013)

O TANAP é o principal pilar na construção do *Southern Gas Corridor*, resulta maioritariamente da junção das duas maiores companhias turcas e azeris, a BOTAS com 30% das acções e a SOCAR com 58% das acções sendo as restantes pertencentes à BP. Este projecto reforça as relações saudáveis que os dois países têm vivido desde a década de 90, tendo como lema “uma nação-dois estados” (Evoyan, 2013). Os laços linguísticos, culturais, históricos e a recente aposta conjunta em projectos energéticos como o BTE e o BTC reforçam a importância da Turquia como um estado trânsito de vital necessidade para

¹⁰Consultado em 15.06.2016, disponível em, http://www.tapag.com/assets/07.reference_documents/english/scoping_document/albania/TAP_Scoping_report_ESIA_English.pdf

¹¹ Este projecto foi apresentado pela Energy Community em 2007, para mais detalhes sobre o hipotético projecto ver relatório de 2014 : FS and ESIA for the Ionian – Adriatic Pipeline (IAP), Feasibility Study Report,2014, IPF Consortium.

o Azerbaijão (Aras & Akpınar, 2011; Fink, 2006). Durante a sua primeira fase de actividade a capacidade anual de transporte será de 16 biliões de metros cúbicos com o valor a aumentar para 32 biliões de metros cúbicos em 2026. Este gasoduto tem um relevo grande para a política regional de países como a Geórgia e a Turquia pois reforçam os laços políticos e a autonomia da região em termos económicos tornando menos dependente de potências como a Rússia (Pamir, 2012). O TANAP foi a solução encontrada para fazer face à desistência do dispendioso projecto Nabucco¹² e aproveitar a desistência do projecto russo *South Stream*, um projecto de grandes dimensões mas que após o recente conflito na Ucrânia vinha a enfrentar dificuldades para a sua conclusão levando a Rússia a desistir do mesmo (Stern et al, 2015).

Figura 4: Percurso TANAP e TAP (Fonte:Unece.org)



CAPÍTULO III

3. A estratégia securitária russa na região: O conflito no Nagorno Karabakh

Desde o fim da União Soviética que a abordagem russa para com as repúblicas recentemente independentes tem variado consoante o ambiente de crispação que a região vive, no entanto desde a Era Putin que Moscovo segue uma política mais realista e de mão dura para alcançar os seus objectivos. Os países da região do sul do Cáucaso desde o início dos anos 90 têm procurado reorientar as suas alianças políticas, virando-se mais para os países e organizações ocidentais como os Estados Unidos da América ou a NATO, esta

¹² RadiofreeEurope RadioLiberty (2013), “ Consortium turns Down Nabucco West Pipeline” (online), consultado 25.06.2016, disponível em <http://www.rferl.org/content/nabucco-west-pipeline-rejection/25028589.html>

nova postura que países como a Geórgia ou o Azerbaijão prosseguiram no início dos anos 90 levou a que o Kremlin tivesse de adoptar uma nova política de modo a conseguir cimentar a sua posição no estrangeiro próximo. A estratégia que mais resultados tem dado a Moscovo para conseguir perpetuar os seus interesses tem sido uma política de *Stick and Carrot*, onde procura fraccionar posições para conseguir ter influência na região, ajudando países mais fracos para mantê-los na sua esfera de influência, mas retaliando contra acções que envolvam a participação de países ou companhias ocidentais. Esta política é patente no ramo energético onde o estado e as empresas russas procuram um monopólio da distribuição para a Europa boicotando a entrada de empresas ocidentais em países estratégicos para o transporte de energia como a Ucrânia, a Bielorrússia ou os Estados Bálticos, assim a Rússia joga com as necessidades dos países e pune-os ou beneficia-os mediante a sua posição política, como exemplo claro desta política temos a Ucrânia, com as constantes crises de gás e ameaça de corte do mesmo.

“To defend its ‘Petro-Power,’ Russia strives to keep as many of its partners as possible in a state of energy dependence, a dependence which can be manipulated as Russia chooses. A key component of this strategy is the control of pipelines and other energy facilities in neighboring countries. Russia aims to control pipelines in Poland, Belarus, Ukraine and the Baltic states which take Russian oil and gas to other countries. If it cannot control these transit routes, it will try to bypass them, for example with the new Nord [North] Stream pipeline through the Baltic Sea, running directly from Russia to Germany”. (Newnham, 138: 2011)

Outra das formas que a Rússia encontra de conseguir interferir na política interna dos estados é o conflito armado, foi assim que aconteceu na Geórgia com o apoio a movimentos independentistas das regiões da Abecásia e Ossétia do Sul.

“Following this, Russian policies were aimed at limited sovereignty for, and reintegration of, the former Soviet republics in the Russian sphere of influence. Russia’s security interests in its south and threats to the Russian minorities in the relevant countries have been used to legitimize terms such as ‘near abroad’ or ‘Russian sphere of influence’”. (Abushov, 189: 2009)

E é um pouco o que acontece no Azerbaijão através do conflito de Nagorno Karabakh onde a Rússia é acusada de ter uma posição mais pró Arménia do que azeri, este conflito congelado no sul dos dois países interessa de sobremaneira à Rússia pois desta forma consegue influenciar as políticas de ambos os países mantendo um diálogo político constante com ambos e isto é, especialmente vital no caso do Azerbaijão uma vez que, o país desempenha um papel importante para a política russa e pacificação da região.

“For Russia, Azerbaijan has been strategically important in the Caucasus region, which is relevant for Russia’s global power claims for the following reasons:

As a short cut to the south of the Caucasus and opening out to the warm waters.

To keep Turkey and Iran from gaining much influence along the borders of Russia and to protect Russian territorial integrity by preventing secessionist attempts by ethnic groups in the North Caucasus.

To prevent or at least limit the alternative source of hydrocarbon supplies to key markets in order to increase dependence of customers on Russian energy supplies.

To limit the possibility of the West, especially the USA, from reaching out to Turkistan through the Caucasus.

Military deployments in the Caucasus

Psychological factor of the imperial past and to become a global power

To protect Russia's coastal areas on the Caspian and Black Sea" (Aslanli, 2010: 138)

Desta forma o conflito do Karabakh que começou em 1988 tem se vindo a arrastar até aos dias de hoje, aquando do colapso da União Soviética o exercito arménio em conjunto com as forças revolucionárias do Nagorno Karabakh tomaram conta da região e declararam a independência do território em 1991 por meio de um referendo, a partir desta data os conflitos armados têm ocorrido com alguma frequência uma vez que o Azerbaijão reclama o território como sendo parte da sua soberania (Fuller, 2013). Um comité de mediação foi formado em 1992, denominando-se o "Grupo de Minsk" que tinha como objectivo encontrar uma solução efectiva para o problema mas as negociações continuam até hoje fruto dos interesses distintos de intervenientes como a Rússia, os Estados Unidos da América ou a União Europeia que tem tido uma acção inoperante na tentativa de resolver o conflito, a juntar aos interesses divergentes o actual *status quo* da região beneficia os grandes actores regionais como a Turquia ou a Rússia que conseguem tirar dividendos políticos e financeiros através da venda de armas a ambas as partes. A Rússia como maior interessada na região tem tido um papel ambíguo na resolução do conflito uma vez que suporta ambas as partes de forma a conciliar os interesses de ambos os países.

O arrastar do conflito permite à Rússia uma maior margem política para persuadir o Azerbaijão a integrar instituições maioritariamente lideradas pela Rússia, actualmente Moscovo é a grande força motriz nas conversações entre as partes e esta posição deve-se muito à persuasão que os Russos efectuem junto do Azerbaijão procurando levar a decisão final para fora da esfera das organizações europeias:

"Moscow's likely aim is also to push Azerbaijan towards closer engagement with Russian-led organisations such as the Eurasian Economic Union (EEU) and the Collective Security Treaty Organization (CSTO), thus curtailing Baku's engagement with the West". (Hedenskong & Korkmaz, 2016)

Esta ambição russa é facilmente entendida como uma forma de securitizar uma região importante para o trânsito de recursos energéticos, ao qual não tem acesso directo

através do seu território, algo que não acontece com outros conflitos semelhantes como é o caso da Abecásia ou da Ossétia do Sul. Adicionalmente a Rússia procura também ganhar vantagem face à posição da Turquia na região, um país com uma forte ligação ao Azerbaijão e que apoia a posição do mesmo no conflito, sendo a favor de uma intervenção das organizações pró-ocidentais.

3.1. A definição de um estatuto legal para o Cáspio

O final da União Soviética levantou um problema que continua sem resolução até aos dias de hoje, o estatuto legal do Cáspio. Os cinco estados costeiros Rússia, Cazaquistão, Turquemenistão, Azerbaijão e Irão não conseguem alcançar um consenso devido aos interesses económicos e geopolíticos antagónicos que todos os estados têm. Até ao fim da União Soviética, a divisão do Mar Cáspio era feita por apenas dois países, a Pérsia e a União Soviética dois tratados regulavam as relações entre os países, o primeiro era o tratado de 1921 e o segundo era o tratado de Comércio e Navegação de 1940. Estes tratados regularam aspectos importantes essencialmente ligados à pesca e navegação no mar mas deixaram de lado questões pertinentes como a divisão dos recursos energéticos:

“The coastal states did not resolve the issue of boundary lines in the Caspian Sea, thus the question of territory covered by the national sovereignty of the littoral states, including over the use of natural resources in the caspian Sea remained unresolved. Oil and gas exploration and drilling in the areas adjacent to the coast was mentioned in the treaty in a highly unclear way (...) As they were merely partially complete and regulated only the legal issues of shipping and fishing in the Caspian Sea, the lawful behavior of the littoral states was guided by local custom. After the collapse of the Soviet Union the ambiguities regarding the legal status of the Caspian Sea caused long term legal dispute by the coastal states regarding interpretation of these treaties as well as their bindings status” (Pawletta, 2007: 17).

Após o colapso da União Soviética e o surgimento de três ex-repúblicas soviéticas, a aplicação legal dos tratados entre Moscovo e Teerão foi fortemente questionada, os novos países entendiam que com o surgimento de novos estados soberanos a validade dos tratados anteriores cessava, a grande questão que surgia entre os cinco estados contratantes era quanto à natureza do Cáspio, entendida por alguns estados como “mar” e por outros países, como o Azerbaijão, como “lago”. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), de 1982, no caso de se definir o Cáspio como um mar fechado, cada país tem direito a uma zona de 12 milhas da costa que são consideradas águas territoriais, ao que se acrescentam 200 milhas da zona económica exclusiva. Um *enclosed sea* é definido pela UNCLOS como “a gulf, basin or sea surrounded

by two or more States and connected to another sea or the ocean by a narrow outlet or consisting entirely or primarily of the territorial seas and exclusive economic zones of two or more coastal States”¹³.

É nesta definição das Nações Unidas que reside a diferença para o que defendem países como a Rússia e o Irão que defendiam o uso do termo “mar fechado” ao invés de *enclosed sea* uma vez que:

“According to the international law “closed sea” means a sea that has no connections to the world ocean and is surrounded by two or more states. The closed seas are excluded from the provisions of the Conventions of 1982 and thus remain entirely under the exclusive control of the littoral states, which may exercise their sovereignty without any restriction either in the entire sea or its parts”. (Pawletta, 2007: 22)

O Azerbaijão foi o país que mais batalhou para defender o Cáspio como um “lago internacional”, propondo a divisão do lago em sectores nacionais, esta divisão seria feita de acordo com o princípio da linha média de divisão segundo o qual cada ponto é equidistante da costa, o problema desta proposta residia no vazio legal que existe para suportar esta tese como uma solução fixa para ambos os cinco estados, visto que de acordo com o direito internacional não existe um regime legal sobre o uso dos recursos de um lago, tendo que se proceder ao entendimento entre os estados vizinhos celebrando acordos bilaterais ou multilaterais. O Turquemenistão era a favor da proposta azeri no início da sua formulação, mas mudou esta direcção política após 1994 por pressões políticas, de resto a mudança de rumo no que diz respeito às políticas relacionadas com o Cáspio foram uma constante durante os anos 90, indo um pouco de acordo com a política sufocante que Moscovo e Teerão empreendiam. A dependência da Rússia para o transporte do gás natural e uma futura disputa que viria a ter com o Azerbaijão sobre a delimitação das zonas nacionais de exploração e concretamente divisões relacionadas com o campo de petróleo do Kyapaz levou a que o país se aproximasse ainda mais do eixo russo-iraniano. (Ghafouri, 2008; Gawdat, 2004).

A posição russa, no que concerne ao estatuto legal do Cáucaso foi ambígua e ao mesmo tempo evolutiva, inicialmente o país defendeu o regime jurídico do Mar Cáspio de acordo com os tratados soviético-iranianos de 1921 e 1940, o que favoreceu a exploração comum das reservas minerais e permitiu direitos exclusivos de pesca para os recém-independentes estados do Mar Cáspio num raio de 12 milhas. A Rússia defendia a tese que o Mar Cáspio não tem nenhuma ligação natural para o mar ou para outros mares e, como tal a aplicação do direito marítimo internacional para mares fechados era inadequada para este

¹³ Ver artigo 122 da Convenção sobre o direito do Mar das Nações Unidas de 1982: http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf

caso como acima foi mencionado. Esta postura de avanços e recuos que a Rússia teve ao longo dos anos 90, é explicada em grande parte pela posição hegemónica que anteriormente detinha na região, o que fez com que a independência de outros países levasse a Rússia a tentar bloquear a exploração de reservas do Cáspio por parte do Azerbaijão e Cazaquistão o objectivo era pressionar estes países de modo a que as companhias petrolíferas russas pudessem participar na exploração das reservas energéticas que estes possuem no Cáucaso (Ghafouri, 2008). As divergências em relação ao Estatuto Legal fizeram com que o Azerbaijão levasse a cabo políticas unilaterais que marcariam o futuro das negociações no Mar Cáspio, com a assinatura do Contrato do Século em 1994 o Azerbaijão reclamou o direito de explorar os recursos energéticos nas suas águas marítimas interiores, esta acção gerou a crítica de todos os outros estados mas ao mesmo tempo abriu uma janela para iniciarem o mesmo tipo de negociações. Neste sentido o Azerbaijão e o Cazaquistão expressaram o direito de exercer soberania nos seus territórios através de uma iniciativa multilateral em 1998 com a declaração de Ancara¹⁴, este documento assinado pelo Azerbaijão, Geórgia, Cazaquistão e Uzbequistão frisa a importância dos recursos no Cáspio para as economias regionais.

A Rússia foi ao longo do tempo mudando a sua posição em relação à divisão do Mar Cáspio, a sua postura crítica inicial alterou-se à medida que a década de 90 foi avançada, a morosidade nos avanços para a conclusão de um acordo definitivo e a penetração das companhias ocidentais no mercado azeri ou cazaque fez com que a política externa para esta região tivesse de ter outra abordagem russa temendo perder influência política e económica, o país acelerou a tentativa de realizar acordos que permitissem fazer uma divisão equitativa e justa do mar, uma dessas negociações que tem contribuído para chegar a um consenso é o *Draft Caspian Status Convention* que junta representantes dos cinco países para alcançar um princípio de entendimento entre os estados costeiros. Estas negociações multilaterais têm como objectivo harmonizar as relações entre os cinco estados, assentando no princípio do Cáspio como zona de paz, boa-vizinhança e cooperação. As negociações multilaterais esbaram na intransigência russa para chegarem a um acordo relativamente à divisão da exploração das águas não concordando com o artigo 2 do sistema legal proposto que atribui o direito dos estados exercerem soberania sobre as áreas que lhe competem no mar:

“The recognition of states sovereignty means acceptance of independent authority of a coastal state over a geographic area, in this case a particular zone of the Caspian Sea, which can be found in a power to rule and make binding laws, without the right of interference by other countries. Russia doesn't generally approve of this wording and proposes to remove the word

¹⁴ Ver, Documento NU. A/C.2/53/9 de Dezembro de 1998

“sovereignty”. Russia rejects any division of the waters which would illustrate the sovereignty of coastal states over the offshore waters” (Pawletta, 2007: 38).

No período entre 1998 e 2004 três acordos bilaterais foram assinados entre a Rússia, Cazaquistão e Azerbaijão, estes ficaram conhecidos como *North Caspian Agreements*. Em Setembro de 2002 um tratado entre o Azerbaijão e a Rússia foi assinado estipulando a soberania de ambos os estados no que diz respeito aos recursos não vivos e outras actividades económicas legítimas “It provides for sovereign rights of contracting parties with respect to the non-living resources and other legitimate economic activities for the exploration and resource management in the sectors of its seabed and subsoil in the Caspian Sea” (Pawletta, 2007: 41). O último acordo selado entre os países do norte do Cáspio foi selado em 2003 e diz respeito às áreas adjacentes das margens do mar.

Para além da divisão do Cáspio, este apresenta outros problemas que a longo prazo poderão comprometer o desenvolvimento de actividades muito lucrativas na região, uma delas é a pesca do esturjão que possibilita realizar um dos caviars mais prestigiados do mundo, nos últimos anos com a exploração intensiva de recursos energéticos os efeitos na fauna e elementos biológicos têm posto em perigo a longevidade destas actividades, para além da actividade energética, desde o fim da União Soviética que a pesca da intensiva do esturjão tem levado à escassez do mesmo, falta de limites de quota de pesca no mar levam à sobre-exploração das espécies sem que haja estatuto que impeça o degradamento dos recursos.

“However, although the five littoral states formally agreed on an institutional mechanism and common environmental policy in the sea under the Framework Convention for Protection of the Marine Environment of the Caspian Sea signed in Tehran in 2006, the first legally binding regional agreement, they have yet to fully implement it or reach any common agreement on fishing quotas or a moratorium on fishing. Azerbaijan and Iran support a ban, but Turkmenistan does not” (German, 2014: 25).

4. Considerações finais

A federação Russa desde a sua fundação em 1991 seguiu duas linhas distintas de política externa. Durante a presidência de Ieltsin houve um pendor mais ocidentalista em detrimento do espaço pós-soviético, levando a cabo uma reestruturação económica que não produziu os resultados esperados com os planos de privatização executados. Com a entrada de Putin, uma das prioridades foi restabelecer influência sobre o seu “estrangeiro próximo”. Desta forma o aproximar das relações com o Azerbaijão era uma das prioridades do presidente russo, uma vez que o país apresentava um contínuo crescimento económico fruto do desenvolvimento da sua indústria petrolífera e de gás natural. Este factor teve uma importância acrescida devido à penetração de empresas estrangeiras na exploração dos campos azeris, colocando um desafio crescente à Rússia presidida por Vladimir Putin, o de conseguir persuadir de novo os líderes políticos azeris a reaproximar a sua agenda energética à política russa.

Ao tornar-se num actor relativamente independente a nível energético, o Azerbaijão demonstrou duas novas facetas que até então eram inexistentes na região. A primeira foi a emancipação do poder russo, ganhando autonomia para trilhar o seu próprio futuro, a segunda foi a criação de um corredor de energia alternativo ao poder hegemónico russo na área do gás e petróleo para a Europa. Esta opção política só foi possível devido à acção de actores não estatais, mais concretamente de empresas transnacionais que através de investimento directo estrangeiro permitiram o desenvolvimento da indústria energética local sem recorrer ao poder russo. Este fenómeno vem reforçar as mutuações nas relações entre os estados que se têm observado desde a segunda metade do século XX. Com a entrada de empresas transnacionais no sector energético azeri, companhias petrolíferas como a BP ganharam uma influência crescente no desenvolvimento da economia local. A multiplicidade de actores que hoje em dia são capazes de influenciar a definição do sistema internacional são uma condicionante para a perspectiva russa da defesa dos interesses nacionais. Com o aparecimento de actores singulares ou colectivos capazes de influenciar o *status quo* de uma determinada região, o poder político russo teve de se tornar multifacetado para manter o controlo sobre o Cáucaso e não focar-se apenas nos perigos que podem estar associados à acção de um determinado estado.

Neste sentido, para manter a sua posição na região a Rússia procura cimentar os constrangimentos ao desenvolvimento dos países da região, fazendo-se valer das vulnerabilidades que estes apresentam. No caso do Azerbaijão o estatuto legal do Cáspio e o conflito do Nagorno Karabakh são armas que a Rússia usa para condicionar o progresso

deste país a nível energético e militar atrasando o desejo do país de se afirmar como um actor autónomo na região. Um outro facto que tem impacto nas relações entre os dois países a nível energético é o nível de ameaça que o Azerbaijão representa como competidor directo na região para abastecer a Europa. Sendo certo que o país apresenta reservas consideráveis de petróleo e gás natural, a capacidade para ameaçar o domínio da Gazprom e do estado russo como principais abastecedores do mercado europeu aparenta ser muito débil. Uma vez que, apesar da intenção de criar uma corrente alternativa ao gás russo a quantidade que chegará à Europa será muito insuficiente para fazer face à procura que a região terá.

Para além destes factores, tem que ser levado em conta também, a dinâmica regional que ocorre na região, com países como a Turquia a revelarem-se um mercado ascendente para as exportações energéticas azeris, e outros como o Cazaquistão ou Geórgia a quererem desempenhar um papel autónomo distante do poder russo embora se mantenham extremamente dependentes do mesmo. À vista destes argumentos, o futuro da segurança energética na região passará sem dúvida por um política de cooperação entre os estados devido à impossibilidade que os países têm para prosseguir uma política autónoma de gestão dos seus recursos energéticos. O caso azeri é exemplificativo desta situação, pois mesmo com projectos de grande dimensão como o TAP ou o TANAP, o país não conseguirá estabelecer-se como um fornecedor competitivo face ao mercado russo, dessarte, a segurança energética da região passará indubitavelmente por acordos multilaterais e cooperação entre os estados costeiros do Cáspio, uma vez que grande parte deles não tem autonomia para desempenhar uma política própria ou quando o fazem como é o caso do Azerbaijão, apenas podem almejar ser um abastecedor regional face às complexidades da extracção dos recursos e sistema de transporte energético da região.

5. Bibliografia

Abushov, K. (2009), "Policing the near abroad: Russian foreign policy in the South Caucasus", *Australian Journal of International Affairs*, Vol.63, N°2.

Agnew, J., & Corbridge, S. (1995), *Mastering Space: Hegemony, Territory and International Political Economy*. New York, Routledge.

Alieva, L. & Shapovalova N. (2013), "Energy security in the South Caucasus: views from the region", FRIDE, Paris.

Aslanli, A. (2010), "Azerbaijan-Russia Relations is the foreign policy strategy of Azerbaijan Changing?", *Turkish policy Quarterly*, Fall 2010.

BAHGAT, G. (2007), "Prospects for Energy Cooperation in the Caspian Sea", *Communist and Post-Communist Studies*, Vol.40, N°2.

Bagirov, S. (2001), "Azerbaijan's strategic choice in the Caspian region" em (Ed) Gennady Chufrin "The security of Caspian Sea Region", Sipri, Oxford University Press.

Bagirov, S. (2007), *Azerbaijan oil revenues Book*, Central European University.

Balzer, H. (2005) *The Putin Thesis and Russian Energy Policy*. *Post-Soviet Affairs*, Vol.21, N°3.

Black, B. et al (2000), "Russian Privatization and Corporate Governance: What Went Wrong?", *Stanford Law Review*

Bülent, A. & Akpınar, P. (2011) "The Relations Between Turkey and the Caucasus," *Perceptions*, Vol.26, No.3.

Buzan, B. & Waever O. (2003), *Regions and Powers the Structure of International Security*, Cambridge University Press, London.

Buzan, & Al. (1998), *Security: A new framework of Analysis*, Lynne Rienner Publishers, Inc, London.

Coene, Frederik. (2011), *THE CAUCASUS An Introduction*. New York: Routledge.

Cohen, A. (2014), "Caspian Gas, TANAP and TAP in Europe's Energy Security", *Istituto Affari Internazionali*, Vol.14, N°6.

Cornell, S. & Ismailzade, F. (2005) "The Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline: Implications for Azerbaijan." em "The Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline: Oil Window to the West, por S. Frederick Starr and Svante E. Cornell. Stockholm and Washington: The Central Asia-Caucasus Institute and the Silk Road Studies Program.

Cornell, S. (2011), Azerbaijan since Independence, Central Asia-Caucasus Institution, New York.

Dalby, S. (1991) Critical Geopolitics: Discourse, Difference, and Dissent. Environment and Planning D: Society and Space 9 (3), 261–83.

David A. DYKER: (2000) "The Structural Origins of the Russian Economic Crisis", Post-Communist Economies, Vol.12, No.1.

Evoyan, L. (2013), "Turkey-Azerbaijan Relations: The Dynamics of the Development,"

The 21st Century Vol 13, N° 1.

Fuller, E.(2013), " Azerbaijan's Foreign Policy and the Nagorno-Karabakh Conflict", Istituto Affari Internazionali, Working papers N°1312.

Gawdat, B. (2004), The Caspian Sea: Potentials and Prospects. Governance, Vol. 17, N° 1.

German, T. (2014), Russia and the Caspian Sea: Projecting Power or Competing for Influence?, Strategic Studies Institute, US Army War College.

Ghafouri, M. (2008), The Caspian Sea: Rivalry and Cooperation. Middle East Policy, Vol. 15, N° 2.

Goldman, M. (2003), The privatization of Russia: Russian Reform Goes Awry, Routledge, London

Goldman, M. (2010), Petrostate: Putin, Power, and the New Russia, Oxford University Press, Oxford.

Hedenskog, J. & Korkmaz (2016), " The Interests of Russia and Turkey in the Nagorno-Karabakh Conflict", RUFBS Briefing, No.35.

Hill, F. & Fee, F. (2002), "Fueling the future the prospects for Russian oil and Gas", Demokratizatsiya, Vol.10, N°4.

Jarosiewicz, A. (2015), "The Southern Gas Corridor The Azerbaijani-Turkish project becomes part of the game between Russia and the EU", Centre For Eastern Studies, N°53.

King, C. (2009), *the Ghost of Freedom: A History of the Caucasus*, Oxford University Press, Oxford.

Kusznir, J. (2013), "TAP, Nabucco West, and South Stream: The Pipeline Dilemma in the Caspian Sea Basin and Its Consequences for the Development of the Southern Gas Corridor", *Caucasus analytical digest*, N°47.

Kuus, M., & Agnew, J. (2008), *Theorising the State Geographically: Sovereignty, Subjectivity, Territoriality*. In K. Cox, J. Robinson and M. Low (eds.) *The Handbook of Political Geography*. Sage.

Mackinder, Halford J. (1942), *Democratic Ideals and Reality*. Washington D.C. National Defense University press.

Meister, S. (2014), "Energy Security in the South Caucasus: The Southern Gas Corridor in its geopolitical environment", *Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik*.

Mehdiyeva, N. (2011), *Power Games in the Caucasus: Azerbaijan's Foreign and Energy Policy Towards the West, Russia and the Middle East*, I.B. Tauris & Co Ltd, London.

Monaghan, A. (2012), *The vertical: power and authority in Russia*, *International Affairs*, Vol. 88, N°1.

Newnham, R. (2011), "Oil, carrots, and sticks: Russia's energy resources as a foreign policy tool", *Journal of Eurasian Studies*, Vol. 2, N°2.

Olcott, M. (2004), *The Energy Dimension in Russian Global Strategy: Vladimir Putin and the geopolitics of Oil*. James A. Baker III Institute for Public Policy of Rice University.

Pawletta, B. (2007), *The Legal Status of the Caspian Sea: Current Challenges and Prospects for future Development*, Springer, Berlin.

Pleins, H. (2009), "Developing Russia's oil and gas industry" in *Russian Energy Power and Foreign Relations*, Jeronim Perovic et al, Routledge, London.

Rutland, P. (2008), *Russia as an Energy Superpower*. *New Political Economy*, vol. 13, no. 2.

Ryabov, A. *Russian interests and strategies in South Caucasus*, in *South Caucasus 20 years of Independence*, Friedrich-Ebert-Stiftung (ed.).

Sakwa, R. (2008), *Russian Politics and Society*, Routledge, New York.

Spykman, Nicholas John (1970), *America's Strategy in World Politics The United States and the Balance of Power*. North Haven: Archon Book.

.Talrh, Z. (2007), "Azerbaijan", em (Ed) S. Frederick Starr, "The New Silk Roads: Transport and Trade in Greater Central Asia", Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program.

Vatansever, A (2010) *Russia's oil Exports Economie rationale versus strategic gains*, Carnegie Papers, N°116.

Victor, N. (2008), *Gazprom: Gas Giant Under Strain*, Working Papers, N°71.

White, S. (2011), *Understanding Russian Politics*, Cambridge University Press, Cambridge.